

Movimento Paulo Freire

Boletim do Movimento Paulo Freire dos Trabalhadores em Educação - nº 1 - Julho 2003

Porto Alegre (P.S.)

A Mundialização do FME

O Fórum Mundial de Educação (FME), reunindo cerca de 30 mil educadores nas duas primeiras edições, consolida-se como um dos mais importantes espaços de debates e articulações em defesa de uma educação pública democrática e de qualidade em todo o mundo.

Concebido na SMED/POA, durante a gestão de Eliezer Pacheco - coordenador geral dos dois primeiros fóruns -, o FME deixou de ser um evento da Prefeitura de Porto Alegre para ser assumido pelas mais importantes e representativas instituições ligadas à educação,



movimentos sociais e governos progressistas, como um MOVIMENTO comprometido com a construção de uma plataforma mundial em defesa da educação pública. Educação cidadã, cidade educadora e educação popular são conceitos estruturantes deste movimento. Vários fóruns temáticos regionais e nacionais estão ou estarão sendo realizados como preparação ao 3º FME: Medelin (Colômbia), México e São Paulo (BR) são alguns destes fóruns.

O Movimento Paulo Freire dos Trabalhadores em Educação (MPF), desde as origens do FME, tem assumido um papel importante em sua concepção e organização, integrando, atualmente, as comissões temática, de comunicação e de organização do mesmo.

No espírito da Carta do Fórum, o MPF está também sugerindo como tema central para o 3º FME: "EDUCAÇÃO CIDADÃ PARA UMA CIDADE EDUCADORA", o qual contempla a pluralidade das várias vertentes pedagógicas constituintes deste notável movimento internacional que é hoje o Fórum Mundial de Educação.

Movimento Paulo Freire

O Movimento Paulo Freire dos Trabalhadores em Educação (MPF) nasceu com o objetivo de constituir um espaço plural de interlocução entre educadores em defesa da educação pública de qualidade, na busca da formação plena do ser humano. Constituído oficialmente, tem participado de forma atuante nas mais diversas discussões sobre a educação. O Movimento Paulo Freire tem por objetivos a pesquisa e o debate de temas educacionais, a conscientização, mobilização, integração, coordenação de defesa dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e humanos dos trabalhadores em educação.

O MPF é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Miguel Teixeira, 235, em Porto Alegre. Fundado em 06 de novembro de 2002, foi assim denominado por decisão da assembléia de fundação. Atualmente, tem 118 associados e um número significativo de simpatizantes e participantes ativos nas suas reuniões. Saiba mais sobre o MPF e participe das reuniões. Maiores informações - movimentopf@hotmail.com

"A Rede tem que ouvir o



MPF - Qual é a sua opinião sobre a escola ciclada? Ela é a única alternativa para um projeto pedagógico progressista?

Jaqueline - Eu acredito que esta escola de ciclos pode ser o resultado de um processo que repensa, que reinventa a escola e rompe com a trajetória de exclusão. Mas esta escola de ciclos pode ser também só uma decisão administrativa, só a reprodução das velhas formas da escola agora posta sob novos nomes. Aquela idéia de que é preciso que tudo mude para que tudo fique como está. Em muitas escolas a gente tem esta sensação, de que houve uma readequação tão grande entre séries e ciclos correspondentes que teve um acoplamento para responder à nova estrutura administrativa. Se os ciclos acontecem só como uma resposta à exigência da gestão pública, eles não rompem com a lógica da exclusão. Só rompem se, combinado com esse processo de políticas administrativas, a escola vive uma profunda reflexão sobre o seu fazer. E essa reflexão trabalha com o olhar que o professor constrói em relação aos seus alunos. Para mim, esta é uma chave. Se eu continuo com a idéia de que criança pobre, filha de pais analfabetos, irmã de outras que já são repetentes e que vive uma situação social de exclusão, não aprende, não tem capacidade, se esse olhar não se modifica, se eu não consigo ver em qualquer criança um sujeito de direitos sociais, de plena capacidade, a sala de aula não vai mudar e a face da escola não vai ser outra. Nós só vamos ter requintado as formas de avaliação, de organização da estrutura do tempo escolar, mas não teremos modificado a escola. O ciclo pode ser uma possibilidade, mas tem que ser resultado dessa modificação do olhar do professor, o que acontece em muitas escolas de Porto Alegre.

MPF - Como tu avalias as críticas de que a escola ciclada substitua a aprendizagem? A escola ciclada não acaba "formando" alunos com pouca aprendizagem?

Jaqueline - As turmas de progressão como se estruturaram, responderam ao modelo que a escola pública sempre teve, que é o lugar onde ficam os multirepetentes, nos quais ninguém mais acredita ou acredita pouco. Isso em algumas escolas. Em outras, como na Escola Municipal Ana Íris do Amaral, é feito um trabalho fantástico com as turmas de progressão, um trabalho de recuperação, de reinvenção desse espaço escolar para essas crianças. Elas passam

O Boletim do Movimento Paulo Freire traz, nesta primeira edição, a entrevista com a doutora em Educação pela UFRGS. Jaqueline participou do movimento nesse período, acompanhou a realidade das escolas e participou dos ciclos de formação nessas escolas. Ela analisa e avalia a proposta de ciclos e turmas de progressão

por esta experiência e vão para a sala de aula absolutamente modificadas e inseridas. Não é o que acontece em muitas escolas. Voltando à mesma lógica de raciocínio das escolas de ciclos. Se mudas o olhar em relação a esses alunos que não aprendem, se passa a ser um olhar acolhedor, que aceita as diferenças, que busca não só o que a criança não sabe, mas o que a criança sabe, essa criança efetivamente vai aprender na turma de progressão ou fora dela. O risco que se corre, com uma reforma como a que foi feita na Prefeitura, é que em muitas escolas as turmas de progressão acabaram respondendo por aquele lugar que ocupavam as turmas de repetentes e que são objeto de estudo da minha dissertação de mestrado, que se chama *Alfabetização Possível*. Esse professor que acolhe e que respeita, pra mim, é o mote de alguma reforma educacional que possa ter eco. Porque o poder público pode formular grandes enunciados e discursos pedagógicos que podem não ter nenhuma relação com o mundo real. Esses documentos são um enunciado da intenção, da vontade de quem governa. Mas a fecundidade do trabalho está em conseguir estabelecer um diálogo com os professores, fazer com que os professores se adonem desse discurso.

MPF - Qual sua avaliação sobre a aplicação desta proposta em Porto Alegre?

Jaqueline - Isso é matéria do último livro que eu organizei e que saiu em novembro pelas Artes Médicas. É muito cedo para poder avaliar. É uma reforma que começa em 96 com uma experiência na Escola de Vila Monte Cristo, que nasce ciclada por opção de seus educadores. Mas é uma experiência que vai ser implantada em todas as escolas do município de 96 a 2000. Tem uma diferença muito grande entre as escolas que ciclaram porque se convenceram que essa nova forma de organização poderia transformar a escola num espaço de aprendizagem de saberes, de convivência humana, para aquelas que tiveram que ciclar por determinação legal. Há um mundo entre essas escolas. Nenhuma avaliação homogênea sobre esta reforma de ciclos, que não tem 10 anos, pode nos levar a algum lugar. Escolas que tinham uma trajetória de reflexão pedagógica, fizeram coisas fantásticas. Outro exemplo que posso dar é a Escola Gilberto Jorge que é uma escola que tem uma tradição de discutir que pedagogia se está fazendo. Eles trabalham com um enunciado muito simples: todos podem aprender, e, a partir disso, tu tens uma escola acolhedora, com evasão super baixa, onde os alunos aprendem em que os pais estão presentes. A escola tem um vínculo super forte

Municipal s profissionais"

edição, uma conversa com a professora Jaqueline Moll,
estão da Secretaria Municipal de Educação de 2001 a 2002 e,

rede municipal de ensino e a forma de funcionamento

Na entrevista que segue, Jaqueline

ção com base em sua vasta experiência teórica e prática.

com a comunidade, apesar de nem ter prédios tão bons quanto a maioria das escolas. Não dá para fazer uma avaliação homogênea da proposta de ciclos em Porto Alegre porque para avaliar o impacto tu tens que pensar na trajetória de cada escola. Essa proposta educacional não pode ser vista apenas pela questão dos ciclos, porque a cidade implementou um conjunto de mudanças que incluem a valorização da figura docente através de salário, de formação continuada. É difícil encontrar uma rede municipal com as condições que temos aqui. A seriedade com que a Prefeitura encarou as políticas de educação infantil - insuficientes ainda pela demanda que a cidade tem - mas um dos municípios que tem a proposta mais sólida neste sentido; a seriedade da educação de jovens e adultos; a expansão dos ambientes informatizados, a política de bibliotecas. Não dá para ler a escola municipal sobre a égide do fracasso ou do sucesso dos ciclos. Eles são um elemento num conjunto de mudanças muito significativas na política de educação pública de Porto Alegre. Acompanhei as escolas municipais no ano de 2001 e o compromisso era exatamente qualificar esta reforma, avançando nesta discussão para que os professores possam se apropriar dessa mudança na qual estão inseridos por serem professores da rede municipal.

MPF - A proposta de ciclos poderia ser aperfeiçoada? Como?

Jaqueline - Eu, muito tranquilamente, repito: que não tem como fazer uma leitura homogênea da rede municipal. As condições de aplicação dos ciclos não foram iguais em todas as escolas. Porque as escolas são diferentes, têm tamanhos diferentes. Nós temos escolas de 300 alunos, como o Gilberto Jorge, até escolas com 2.000 alunos como é o caso da Escola Liberato Salzano. É aí que falham as reformas das políticas públicas: quando elas estabelecem um cenário homogêneo sobre o qual efetivam mudanças. As escolas têm histórias diferentes, estão inseridas em realidades diferentes, têm grupos humanos que têm perspectivas de trabalho diferentes. É preciso considerar isso. Para poder avançar na política de ciclos, é preciso ter clareza sobre a pluralidade que a rede municipal representa. E conseguir apreender em que momento desse processo cada escola está, e mais, que mecanismos cada escola foi inventando, à sua maneira, para aperfeiçoar ou para colocar em funcionamento esta política de ciclos. O ponto de partida para uma avaliação e para poder avançar na proposta é não homogeneizar, conseguir pensar na pluralidade que a rede municipal tem e, sobretudo, ouvir os profissionais. Parar de achar que é possível fazer reforma a partir do brilhantismo da cabeça de quem está na Secretaria de Educação.

Autonomia Pedagógica: o legado freiriano

* Soraya Franke

"É preciso que quem tem o que dizer saiba, sem dúvida nenhuma, que, sem escutar o que quem escuta tem igualmente a dizer, termina por esgotar a sua capacidade de dizer por muito. Ter dito sem nada ou quase nada ter escutado." (Paulo Freire, 1997)

Paulo Freire, ao final de sua vida, brindou a todos nós com uma obra que poderia ser considerada seu testamento à educação: "Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa". Nesse livro, o grande educador brasileiro aponta os princípios basilares de uma prática educativa transformadora, onde educadores e educandos têm garantido o direito à autonomia, condição fundamental à construção de uma sociedade mais humana, democrática e justa.

Revisito Paulo Freire para falar de autonomia pedagógica porque esse tema foi, há pouco tempo atrás, alvo de muita discussão na rede pública de Porto Alegre, quando defesas e críticas se alternaram. A disputa de idéias revelou que ainda são frágeis os laços que nos unem a uma pedagogia da autonomia, na perspectiva Freiriana.

Entender a escola como espaço de relações, de construção de conhecimento, de *comunidades de aprendizagem*, é reconhecer que uma não pode ser igual à outra. Mesmo compondo uma única rede, cada escola é singular, pois singulares são as pessoas, os coletivos e as comunidades que a constituem. Por isso, o grande desafio de uma rede de ensino é construir a unidade na diversidade.

A Autonomia Pedagógica Freiriana requer sensibilidade política e rigor metodológico, ética profissional e estética relacional, respeito aos saberes do educando e reconhecimento de sua identidade cultural, diálogo e escuta qualificada, reflexão crítica da prática pedagógica, pesquisa, alegria e esperança. Tais atitudes político-pedagógicas encontram terreno fértil para se desenvolver e florescer, dar frutos e se multiplicar, quando os professores e professoras podem ser mais do que meros reprodutores de uma proposta impermeável e acabada. A realidade trata de romper com os documentos, os preceitos legais, as doutrinas pedagógicas e os modelos estandardizados que não respondem aos desafios crescentes da sociedade complexa e em transformação na qual vivemos.

A Autonomia Pedagógica pressupõe também a co-responsabilidade dos agentes educativos. Nesse sentido, não há como conceber uma ação desarticulada, dissociada e independente das diferentes esferas responsáveis pelas políticas públicas em educação. É quando liberdade e autoridade, dois conceitos historicamente dissociados em nosso país, se aproximam, se reconhecem e se complementam. As escolas e seus integrantes reconhecerão e respeitarão de fato as autoridades educacionais na medida em que as relações entre elas se democratizem e seja possível dizer o que se quer dizer e não o que pensa poder dizer. Ou seja, autorizar-se a dizer sua palavra, *corporeificar a palavra pelo exemplo*, de parte a parte.

A autonomia pedagógica, se reconhecida e garantida pelos gestores educacionais, pode ser instrumento de acompanhamento e de fortalecimento dos princípios que norteiam a educação pública, democrática e de qualidade que tanto sonhamos e queremos fazer acontecer. Também pode ser fonte inestimável de correção dos percursos, porque alia discurso teórico à prática dos *coletivos de aprendizagem*, reconhecendo a sua história como um *tempo de possibilidades* e não como uma cadeia de determinismos.

Bibliografia: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

* Pedagoga, psicopedagoga, professora municipal, diretora do SINPRO/RS, representante do SINPRO/RS no CME/POA.

Da Escola Cidadã à Cidade Educadora

* Eliezer Pacheco

O conceito de Escola Cidadã não dá mais conta da amplitude e complexidade dos processos educacionais neste início de século.

A educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal, mas resulta de experiências vivenciadas em todos os espaços da cidade pela ação do conjunto das organizações governamentais ou não. Trabalhamos, portanto, com o conceito de Cidade Educadora, na qual o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal. Não se trata de uma ação educadora qualquer, mas de uma educação vinculada a um Projeto Democrático e Popular, comprometido com a emancipação dos setores explorados de nossa sociedade; uma Educação Popular que assimila e supera os princípios e conceitos da escola. Mais do que isso, a Cidade Educadora educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da violência social. Nossos projetos têm de estar articulados, especialmente, com um conjunto de organismos governamentais

ou da sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação dialética em que todos somos educadores e educandos.

Porto Alegre afirma, de forma inequívoca, que um novo mundo é possível. É este mundo da igualdade e da participação popular, que educa não apenas na escola, mas também nas plenárias do Orçamento Participativo, nas políticas culturais levadas aos bairros, no esporte levado às praças, que buscamos construir cotidianamente, apesar da avalanche neoliberal imposta ao país.

A concepção de Cidade Educadora está, indissolúvelmente, vinculada à participação popular, pois dessa resulta a formação de uma cidadania consciente de que somente a ação coletiva pode construir uma sociedade fundada na democracia e na justiça social.

A articulação entre democracia representativa e formas de participação direta da população é a única forma de superar a profunda crise vivenciada pela clássica "Democracia Burguesa" e de constituir um novo tipo de cidadão consciente de sua importância como pessoa e, ao mesmo tempo, da suprema importância da ação coletiva.

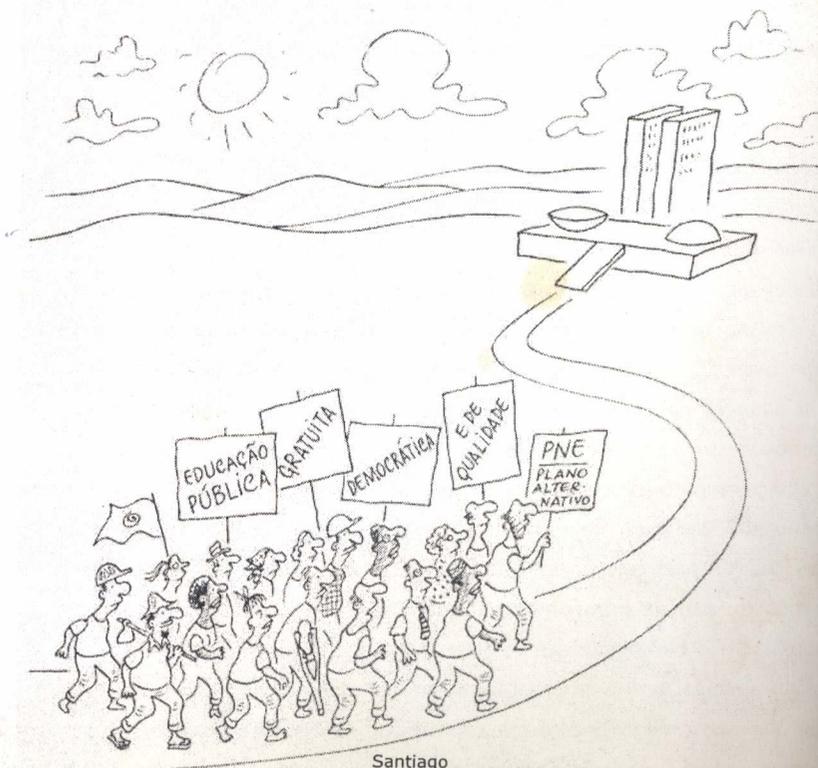
* Ex-Secretário de Educação de Porto Alegre. Coordenou as duas primeiras edições do Fórum Mundial de Educação

"Queremos todas as crianças na escola.
Queremos todos concluindo o ensino médio e os professores deste país bem formados, bem remunerados e bem motivados.
Eles precisam estar bem na cabeça, no coração e no bolso.
Queremos que a escola seja bonita, bem equipada e que não haja mais adultos nem crianças analfabetas".

Cristovam Buarque
Ministro da Educação

Expediente:
Publicação do Movimento Paulo Freire dos Trabalhadores em Educação
movimentopf@hotmail

Diretoria Executiva:
• Eliezer Pacheco • Janete Jachetti
• Marli Conzatti • Rosângela Sperotto • Marta Ruggato
• Alba Pereira Bica • Adão Eunes Albuquerque • Vera Rodrigues Pastonis
Jornalista Responsável:
• Daniela Sobral Cunha (Reg.10282)
Diagramação e Arte:
• Marcella Celso



Santiago